

Veículo: *Valor Econômico*

Data: 16/09/2004

Autor: coluna *Opinião*

O Brasil não pode ser confundido com a China

O Brasil poderia ter sido colonizado por chineses e não por portugueses, se a dinastia Ming não tivesse interrompido propositalmente, na segunda metade do século XV, o processo que marcou o avanço da marinha mercante chinesa no início daquele século.

A China chegou a ter uma frota considerável de navios e realizou importantes expedições ultramarinas entre 1405 e 1430, chegando às costas orientais da África. Com a construção da grande muralha e o fechamento do país à influência dos estrangeiros, os chineses perderam a chance de terem sido os primeiros a bater em costas do Novo Mundo. Ao invés disso, foram os portugueses que alcançaram as costas chinesas no início do século XVI, poucos anos depois do descobrimento do Brasil, como contam os livros de história.

Essa passagem foi lembrada na terça-feira pelo especialista em relações internacionais da USP, Demétrio Magnoli, ao falar sobre China no Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC). Para os que acham que o Brasil deve virar a China, o fato ali lembrado pode invocar certa dose de lamento pelo desvio dos passos da História. Mas o objetivo do professor Demétrio parecia ser outro: o de mostrar que a China tem apresentado, na sua longa existência, um padrão cíclico que contrapõe longos períodos de abertura a longos períodos de fechamento econômico.

Os economistas não costumam ter uma visão tão ampla de tempo nas suas avaliações. A atual fase de abertura chinesa apresenta-se para uns como um desafio a ser seguido. Yoshiaki Nakano, diretor da Escola de Economia da FGV de São Paulo, talvez seja hoje o mais árduo defensor no país da adoção pelo Brasil do modelo chinês. Na segunda-feira, ao participar do 1º Fórum de Economia, promovido pelo IEDI e pela própria FGV, Nakano

reafirmou sua convicção a favor da desvalorização cambial. Isso fortaleceria as exportações, reduziria a vulnerabilidade externa e, sem dúvida, aliviaria a taxa de risco do país. O roteiro abriria espaço para a redução das taxas de juros internas. Esse é, no seu entendimento, o caminho que a política econômica deveria seguir para puxar o crescimento de forma sustentada por muitos anos, à semelhança da China. A tese de Nakano tem como pano de fundo a abordagem esquematizada que três economistas norte-americanos - Michael Doodley, David Folkerts-Landau e Peter Garber - fizeram da atual situação econômica internacional.

O mundo estaria dividido em três grandes blocos: o centro de tudo, que seria os Estados Unidos; os países de superávit na conta de capital (no qual estariam incluída a América-Latina, Brasil incluído, e a Europa) e os países de superávit em conta-corrente (os asiáticos, com destaque para a China). Estes últimos, conforme entendem os três norte-americanos, estariam na posição mais apropriada tendo em vista a situação da economia norte-americana.

A China financia seu desenvolvimento aplicando em ativos financeiros dos Estados Unidos a renda do superávit da conta corrente. Um detalhe importante deste mecanismo é que a grande parte do movimento comercial chinês tem sido impulsionada pelas empresas estrangeiras que investem na China em busca de custos mais baixos e oportunidades de nichos de mercado. São as empresas estrangeiras na China que, no fundo, ajudam a reciclar os dólares necessários ao financiamento do déficit dos Estados Unidos.

A absoluta ausência de um mercado financeiro e de um mercado de capitais na China facilmente leva os dólares de volta às aplicações em ativos norte-americanos. O presidente do Unibanco, Pedro Moreira Salles, que esteve recentemente na China deu um depoimento informal durante o seminário do iFHC. Segundo contou, não há praticamente estrutura de intermediação financeira na China. Os quatro grandes bancos são estatais e totalmente dependentes da burocracia do governo. As taxas de juros estão tabeladas há nove anos e são negativas, em termos reais, mesmo as taxas na ponta do empréstimo. Isso, sem dúvida, ajuda a explicar a impressionante taxa de investimento do país, em torno de 48% do PIB. Vai, desta forma, acumulando capital.

"A China aluga o sistema financeiro dos Estados Unidos", observou no iFHC o economista Ilan Goldfajn, ex-diretor do Banco Central, em sua exposição. Recomendação para que os brasileiros façam o mesmo foi ouvida na véspera, no fórum da FGV, da boca do próprio Doodley que proferiu a principal palestra daquele encontro, na hora do almoço. Deixou a todos um tanto surpresos. Afinal, o Brasil não é a China! E nem seria possível a esta altura mudar, tendo sido o país colonizado por um povo ocidental, marcado por processo profundamente enraizado, desde os primórdios, no sistema mercantil e financeiro que dominava o lado de cá a partir da Inglaterra. Não dá mais para fechar os bancos, jogar no lixo os ativos financeiros e colocar uma pá de cal no mercado de capitais.

Mas nem tudo está perdido para aqueles que acham que o Brasil tem de virar uma China. Estamos, afinal, chegando perto. O superávit em conta-corrente em torno de 1% do PIB que o Brasil passou a gerar está muito próximo do resultado chinês na mesma conta. Será que isso habilitaria os brasileiros a reivindicar ingresso no grupo dos países superavitários em conta-corrente?

O ponto, nessa discussão toda, é que a parte importantes diferenças em termos de estrutura e de estágio de desenvolvimento, há dimensões totalmente diversas que não devem ser desconsideradas. A China, ao contrário do que se possa fazer crer, não produz grandes superávits da balança comercial. Seu comércio cresce nas duas pontas, na exportação e na importação. O povo não consome, os salários são baixos, a taxa de poupança é alta e o déficit público praticamente não é contabilizado.

Alguns economistas apostam que o China tende a apreciar sua moeda diante do dólar como medida de contenção à inflação interna que tem subido e já chega a 5,3% do ano. No Brasil, todos conhecem os efeitos do caminho oposto, no rumo da desvalorização cambial. Isso não viria sem custos. O ministro da fazenda, Antonio Palocci, lembrou na FGV o efeito que isso teria no sentido de reduzir salários. É um importante detalhe a mostrar que a realidade aqui é outra. Ele deixou claro que o país deve seguir o modelo brasileiro e não o asiático. Só precisa explicitar que modelo seria esse.